

que se estava a acertar a saída de cinco colaboradores, pois havia uma alínea na Lei n.º 50/2012, que permitia abrir procedimentos concursais, para estes funcionários poderem ingressar no mapa de pessoal da Câmara Municipal, mas com o atual Orçamento de Estado essa alínea deixou de poder ser aplicada, uma vez que a Lei do Orçamento do Estado par o ano de 2013 dispõe ao contrário e prevalece sobre a Lei n.º 50/2012.

Portanto, ter-se-ia de analisar quem seria o pessoal para trabalhar no estádio municipal, tendo em conta que era a única estrutura que vinha para o Município.

IV - A Senhora Vereadora Blandina Oliveira referiu que na reunião passada foram aprovados postos de cobrança nas piscinas, perguntou quem iria ficar com essa receita se o Município ou o Bairro dos Anjos.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a Associação Bairro dos Anjos começava a gerir as piscinas, a partir do dia 1 de setembro, durante o mês de agosto, estas estiveram encerradas para limpezas, logo antes do mês de agosto a receita foi para o Município.

V - A Senhora Vereadora Blandina Oliveira lembrando o disposto no Código do Procedimento Administrativo, questionou a razão pela qual a ata n.º 18 não foi enviada para correções e não estava agendada para aprovação, ao que o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que será enviada até ao final do dia de hoje, este atraso foi devido a férias de uma funcionária do respetivo serviço de atas.

O Senhor **Diretor Municipal de Administração, Gilberto Lopes**, clarificou que apesar dos esforços para enviar a ata da reunião do dia 13 de agosto para correções, isso não foi possível devido ao facto de no serviços de atas ter estado uma pessoa a realizar todas as tarefas inerentes àquele serviço, nomeadamente, a elaboração e envio das deliberações da reunião de Câmara Municipal do dia 13 de agosto, registo das atas aprovadas e colocação das mesmas na internet, efetuar a audição da gravação e transcrição das intervenções da reunião, preparação da agenda e elaboração da minuta para esta reunião ordinária da Câmara Municipal de 3 de setembro de 2013. No entanto, declarou, que estavam a ser envidados todos os esforços no sentido dessa ata ser enviada, ainda hoje, a todos os eleitos.

○○○ **Ordem do dia** ○○○

PONTO UM

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

1.1. Proposta de reconhecimento de interesse municipal de imóvel para efeitos de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** mencionou que estava em causa uma norma que se aplicava às operações de bens imóveis em regime de locação financeira que fossem integradas num projeto de investimento e o Código Fiscal do Investimento (CFI).

O Senhor **Vereador Gastão Neves** referiu que no artigo 27.º do Código Fiscal do Investimento (CFI) determina que o RFAI seja aplicável aos sujeitos passivos de IRC que exerçam, a título principal, uma atividade nos setores agrícola, florestal, agroindustrial e turístico e ainda da indústria extrativa ou transformadora.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** sugeriu que o Senhor Vereador Gastão Neves lesse o artigo 28.º do Código Fiscal do Investimento (CFI).

O Senhor **Vereador Gastão Neves** mencionou que este estipulava que aos sujeitos passivos de IRC residentes em território português ou que aí possuam estabelecimento estável, que exerçam a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola abrangida pelo n.º 1 do artigo anterior que efetuem, devendo a proposta a ser deliberada estar de acordo com estas situações.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que os serviços entendiam assim, no entanto solicitou aos mesmos para reverem a situação, acolhendo as sugestões propostas.

DLB N.º 1001/13 | O Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI), atualmente constante do Código Fiscal do Investimento (CFI), aprovado pelo DL n.º 249/2009, de 23 de setembro e republicado pelo DL n.º 82/2013, de 17 de junho, contempla, para sujeitos passivos de IRC que exerçam, a título principal, uma atividade nos setores agrícola, florestal, agroindustrial e turístico e ainda da indústria extrativa e transformadora, no conjunto de benefícios fiscais, a isenção do pagamento do IMI num período até 5 anos, relativamente aos prédios, propriedade do beneficiário, que constituam investimento relevante [n.º 1 do artigo 27.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 28.º].

Por sua vez, o Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de agosto, que declara certas categorias de auxílios compatíveis com o mercado comum, reconhece, no n.º 7 do artigo 13.º, como passível de beneficiar destes auxílios, a aquisição de bens imóveis em regime de locação financeira, contrato que deve ter uma duração superior a três anos no caso das PME, norma para onde remete o n.º 2 do artigo 18.º do CFI, e de acordo com o qual, a opção de compra prevista no contrato deve ser exercida no período de vigência do contrato de concessão dos benefícios fiscais.

De acordo com o artigo 7.º do mesmo diploma legal, a obtenção do benefício de isenção de IMI está condicionada à aceitação pelo órgão municipal competente, nos termos do DL n.º 169/99, de 18 de setembro, e demais legislação aplicável.

A Lei das Finanças Locais (LFL), aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, prevê, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º, a possibilidade de a Assembleia Municipal (AM), sob proposta fundamentada da Câmara Municipal (CM), conceder isenções totais ou parciais relativamente a impostos próprios. O número 4 daquela norma faz depender da audição do Município o reconhecimento de benefícios fiscais no âmbito de contrapartidas contratuais da fixação de grandes projetos de investimento para a economia nacional, nos termos do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) na redação em vigor.

Nos termos das alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, compete à AM pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento, pelo Governo, de benefícios fiscais relativamente aos impostos próprios e deliberar em tudo o que represente o exercício próprios dos poderes tributários conferidos por lei ao Município.

A sociedade DRT Rapid – Protótipos e Moldes, Lda, titular do NIPC 504805657, com sede em R. Marinheiros, 146 6, Zona industrial da Cova das Faias, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, requereu ao ML o reconhecimento do interesse municipal para a região do investimento realizado na

aquisição, em regime de locação financeira de um prédio urbano constituído por pavilhão industrial, sito na Zona Industrial da Cova das Faias, Lote 8, freguesia de Marrazes, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 6180 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo urbano 9525 daquela freguesia, tendo alegado, para o efeito, o seguinte:

- a) Iniciou e concluiu as obras do imóvel em causa, destinado a uma unidade industrial para fabricação de protótipos e moldes nos termos do Alvará de Utilização nº 458/2012, emitido pela CML em 12 de outubro de 2012 e que tem por objetivo o aumento, em 50%, da capacidade produtiva;
- b) Aumentou, em número de 10, os postos de trabalho da empresa;
- c) Investiu aproximadamente € 6.000.000,00 (seis milhões de euros), tendo recorrido ao RFAI.

Ora, face ao exposto, atendendo a que a sociedade DRT Rapid – Protótipos e Moldes, Lª (constituição publicada no Diário da República em 19/mai./2000), titular do NIPC 504805657 tem como objeto a fabricação de moldes e prestação de serviços na área da comercialização, importação e exportação de materiais afins, realizou um investimento relevante com a aquisição, em regime de locação financeira de um prédio urbano constituído por pavilhão industrial, sito na Zona Industrial da Cova das Faias, Lote 8, freguesia de Marrazes, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 6180 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo urbano 9525 daquela freguesia.

Atendendo a que juntou, para instrução do pedido, os seguintes documentos:

- IES (Informação Empresarial Simplificada) dos exercícios de 2011 e 2012, de onde se retira o aumento, em número de 8, dos postos de trabalho no exercício de 2012 e o acréscimo de investimento em ativos fixos tangíveis no valor de €2.634.641,44 (dois milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos);
- Contrato de locação financeira imobiliária constituído entre a ora requerente e a Caixa Económica Montepio Geral relativo ao prédio urbano constituído por pavilhão industrial, sito na Zona Industrial da Cova das Faias, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 6180 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo urbano 9525 da freguesia de Marrazes;
- Certificados comprovativos do reconhecimento pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas do estatuto PME Líder 2012 e PME Excelência 2012.

Assim, entende-se que o pedido efetuado pela sociedade “DRT Rapid – Protótipos e Moldes, Lª”, ou seja, o reconhecimento do interesse municipal para a região do investimento realizado na aquisição, em regime de locação financeira de um prédio urbano constituído por pavilhão industrial, sito na Zona Industrial da Cova das Faias, Lote 8, freguesia de Marrazes, tem enquadramento legal e que a requerente satisfaz os requisitos legais exigidos.

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, e, em cumprimento do disposto da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, **deliberou por unanimidade** propor à Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse municipal do investimento realizado pela sociedade DRT Rapid – Protótipos e Moldes, Lª, titular do NIPC 504805657, com sede em Rua dos Marinheiros, 146 6, Zona Industrial da Cova das Faias, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, relativamente à aquisição, em regime de locação financeira, do prédio urbano constituído por pavilhão industrial, sito na Zona Industrial da Cova das Faias, Lote 8, freguesia de Marrazes, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 6180 e inscrito na

respetiva matriz predial sob o artigo urbano 9525 daquela freguesia e consequente isenção do imposto municipal de imóveis pelo período de cinco anos, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, do artigo 7.º, do n.º 1 do artigo 27.º e da al. b) do n.º 1 do artigo 28.º, ambos do CFI.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

1.2. Projeto de dissolução e liquidação da Sociedade “LEIRISPORT – Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, EM”. Prorrogação do prazo de liquidação

A Senhora **Vereadora Blandina Oliveira** perguntou qual era o enquadramento legal para esta prorrogação de seis meses, e referiu que se se tivesse seguido as exigências do tribunal de contas há mais tempo a Leirisport já poderia estar extinta.

Por outro lado, considera estranho o facto e questionou a razão pela qual na revisão parcial do contrato, nas assinaturas aparecia a designação de administrador/liquidatário da Leirisport e lembrou que a figura atual é a de liquidatário.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** explicou que como ainda não se obtivera o Visto do Tribunal de Contas levava a que fosse feita esta prorrogação do prazo, nos termos da Lei n.º 50/2012, e era com base nisto que se propunha esta prorrogação para mais seis meses.

Mais explicou que havia a necessidade de rever o contrato-programa para permitir a transferência de verbas do Município para a Leirisport, EM, com vista ao pagamento dos encargos como empréstimo.

A Senhora **Vereadora Blandina Oliveira** questionou se a Lei n.º 50/2012 previa prorrogações, ao que o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu afirmativamente, no entanto tinham de ser submetidas à tutela.

DLB N.º 1002/13 | Considerando que:

- i. A Câmara Municipal de Leiria, na sua reunião ordinária de 19/02/2013, deliberou por maioria submeter o projeto de dissolução e liquidação da Sociedade “LEIRISPORT – Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, EM”, à Assembleia Municipal de Leiria para aprovação.
- ii. A Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária de 28/02/2013, com continuação em 01/03/2013, aprovou, por maioria, o referido projeto.
- iii. A sociedade, reunida em Assembleia Geral no dia 01/03/2013, aprovou, por unanimidade, o projeto de dissolução e liquidação, cujos efeitos se produziram em 01/03/2013.
- iv. No ponto 5 do Projeto, sob a epígrafe “Prazo da liquidação” se estipula o seguinte: “O prazo de liquidação será de 6 (seis) meses, a contar da data que a sociedade se considere dissolvida, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 150.º do CSC.”
- v. Nos termos do ponto 9.2 do referido projeto, “Será transmitido ao acionista único o empréstimo a médio/longo prazo (BPI/CGD), contraído por contrato de financiamento celebrado em 15/05/2008, (...). Esta transmissão já foi objeto de prévia deliberação favorável por parte da Câmara Municipal de Leiria, em reunião ordinária realizada em 4 de dezembro de 2012, e da Assembleia Municipal de Leiria, em sessão ordinária realizada em 15 de dezembro de 2012 (...). Para finalização deste processo de transmissão do empréstimo restará, apenas, obter o visto prévio do Tribunal de Contas.”